

Em audiência na CDH, coronel da PM defende modelo que priorize a prevenção em vez da proibição, enquanto entidades se mostram contrárias a qualquer mudança na lei

Debate sobre regulamentação do uso da maconha divide opiniões

A REGULAMENTAÇÃO DA produção, do comércio e do uso da maconha pode ajudar a reduzir a violência associada ao tráfico de drogas? A questão levantada por Cristovam Buarque (PDT-DF) foi um dos pontos centrais de debate ontem na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Relator da sugestão popular para regulamentação do uso medicinal e recreativo da maconha (SUG 8/2014), Cristovam disse que recebeu muitas críticas por colocar o assunto em debate, mas argumentou que “é um crime” fechar os olhos para o problema. A comissão aguarda a opinião do senador para decidir se a proposta vai virar projeto de lei.

— O Brasil está perdendo a guerra contra as drogas. Temos que procurar outro caminho para enfrentar essa guerra. Ou regulamentando, não para permitir o uso, mas para resolver o problema, ou criando novos mecanismos que, sem regulamentar, façam com que a gente consiga ganhar.

O coronel Jorge da Silva, ex-chefe do Estado Maior da Polícia Militar do Rio de Janeiro, concordou com o senador. Ele disse que, embora já tenha sido favorável à prisão de usuários e à proibição total das drogas, os índices de violência demons-



Na plateia da CDH, entidades protestam contra sugestão popular que pode virar projeto de lei regulamentando uso da droga

tram que o atual modelo não deu resultados.

— Esse modelo, em vez de cumprir a sua finalidade, que é proteger a juventude, massacra a juventude — afirmou o coronel, ressaltando que os mais pobres são as principais vítimas da violência que envolve traficantes e policiais.

Segundo Nívio Nascimento, da Unidade de Estado de Direito do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, faltam evidências sobre os efeitos da regulamentação no nível de consumo ou na redução da violência.

— Durante anos, as políticas de drogas se centraram na

redução da oferta por meio de ações de repressão ao uso, porte e tráfico. Erros ocorreram, mas também acertos. O fato é que ficou em segundo plano a redução da demanda, que se traduz em ações destinadas a educação, tratamento e reintegração social de usuários e dependentes — disse.

Nascimento defendeu equilíbrio entre ações destinadas a reduzir a oferta e a demanda.

Durante o debate com quem acompanhava a audiência na plateia, houve manifestações contrárias à regulamentação. Segundo Rossana Brasil, presidente da Comissão de Políticas Públicas sobre Drogas da OAB-

-CE, o uso de entorpecentes é uma doença que leva à cadeia ou ao cemitério.

Nazareno Feitosa, da Federação Espírita do Distrito Federal, questionou benefícios da maconha para uso terapêutico. Para ele, a legalização também não reduz a violência. O ex-deputado federal Luiz Bassuma disse que o Brasil não pode servir como laboratório para a questão.

Em resposta às críticas à regulamentação, o coronel Jorge da Silva disse que é preciso evitar maniqueísmos e apostar em um modelo que pautar a prevenção em vez da proibição.

Para Cristovam, arquivamento está descartado

Após a audiência, Cristovam Buarque disse que não recomendará o arquivamento da sugestão popular (SUG 8/2014).

— Há muitos caminhos. Tem o caminho, por exemplo, de deixar a decisão para um plebiscito. Espero ter uma proposta até o fim do ano. Pelo arquivamento, não será.

O senador foi categórico em afastar qualquer hipótese de paralisar a discussão. A apresentação do parecer dele deve ocorrer após a realização de mais audiências públicas.

Para Cristovam, o ponto alto do debate ontem foi o momento em que o coronel Jorge da Silva disse que é preciso decidir se queremos “afastar a droga dos jovens ou os jovens das drogas”.

— Afastar a droga dos jovens é criar uma barreira proibindo que a droga chegue a eles. Afastar os jovens da droga é educá-los tanto que eles não procurem a droga — refletiu Cristovam.

A SUG 8/2014 foi apresentada por meio do Portal e-Cidadania. A proposta recebeu mais de 20 mil apoios.

Pai conta que remédio melhora saúde da filha

O pai de uma menina com síndrome de Dravet — doença que provoca convulsões e pode ser fatal — defendeu, na audiência, o uso medicinal da droga. Fábio Carvalho disse que, desde os 5 meses de idade, sua filha Clárian tem convulsões e já foi internada 17 vezes, 11 delas em UTIs.

— Num primeiro momento, eu, como a maioria dos pais, trouxe de forma ilegal a seringa dos Estados Unidos. Eu não teria condições de dar continuidade a esse tratamento porque sai muito caro.

Fábio contou que cada seringa custa US\$ 500 e Clárian precisava de três por mês. Se

fosse trazer de forma legal, cumprindo as exigências da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), o custo mensal seria de R\$ 8.700. Então, Fábio conseguiu com um amigo o óleo da maconha, conhecido como CBD (canabidiol), e tem dado cinco gotas para Clárian por dia.

— Minha filha começou a ganhar qualidade de vida. Ela ficava sentada, em frente à televisão, não tinha ânimo para nada. Hoje ela anda pela casa, brinca com o cachorro da vizinha, dança. O olhar dela mudou. Na escola, ela começou a copiar as palavras da lousa, coisa que ela não fazia.

Saiba mais

Leia a íntegra da sugestão que pode virar projeto de lei <http://bit.ly/sugestao8>

Confira os detalhes sobre a pesquisa do DataSenado <http://bit.ly/pesquisaMaconha>

Veja todas as edições do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/especialcidadania

Uso medicinal tem maioria entre os que defendem legalização

Durante a audiência, Cristovam Buarque leu uma série de manifestações enviadas por meio do Portal e-Cidadania.

A internauta identificada como Juliana F. escreveu: “Sou contra a liberação! Estudos sólidos mostram seus danos. Temos que pensar nas crianças e nos jovens que poderão fazer usos desta substância e parar com este egoísmo de querer propagar um lazer que faz mal à saú-

de individual e de possíveis usuários”.

Johann P. relatou que tem câncer e usa maconha para minimizar os efeitos da quimioterapia: “Seus bens são tão grandes que já passou da hora de se regulamentar o uso. Fora os danos causados pela ineficiente guerra às drogas! Legalize já para todos os fins”, defendeu.

Uma pesquisa do DataSenado, realizada nos dias 6 e 7 de junho, indicou apoio de

apenas 9% dos entrevistados à legalização da maconha para qualquer fim. Já a permissão restrita ao uso medicinal da droga é defendida por 48%. A proibição total, como ocorre hoje, é apoiada por 42%. Os dados mostram que o debate precisa ir além da ciência e abranger a questão moral e social. Muitos acreditam que flexibilizar a legislação pode estimular o vício, afetando a segurança e a saúde pública. A grande

maioria (82%) concorda que a maconha leva o usuário a experimentar drogas mais pesadas.

Entre os que declaram ter alguma crença ou religião, o percentual contrário à legalização é maior: 55% dos que se declararam evangélicos são contra a legalização. A pesquisa foi feita com 1.106 pessoas de 16 anos ou mais, em todos os estados, e a margem de erro é de três pontos percentuais.

Resultado

SOBRE A LEGALIZAÇÃO DA MACONHA, VOCÊ É:



Fonte: DataSenado